

PETIÇÃO (MOD) FAMÍLIA

INVESTIGAÇÃO DE PATER C/C ALIMENTOS

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE — ALIMENTOS - MENOR IMPÚBERE - LEI 8.560/92 - ART. 1.694/NCC

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE - ESTADO DO (qualificação), menor impúbere, representado por sua mãe, (qualificação), portadora da Cédula de Identidade/RG n.º, SSI/....., residente e domiciliada no Loteamento, na cidade de, Comarca de, Estado de, por intermédio de seu advogado ao final assinado (doc.), com escritório profissional na Rua n.º, na cidade de -, onde recebe intimações, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência para propor a presente AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM O PEDIDO DE ALIMENTOS, de conformidade com o artigo 4º da Lei n.º 883, de 21.10.49 e o artigo 7º da Lei n.º 8.560, de 29.12.92, contra (qualificação), residente na Vila, na cidade de -, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas: 1. O Requerente nasceu no dia de de, tendo seu registro de nascimento sob n.º, das folhas, do Livro n.º, do Cartório de Registro Civil da Cidade de - 2., mãe do investigante, já conhecia o Requerido, quando em de, num matinê no Loteamento começaram a namorar. 3. Os encontros ocorriam diariamente na casa de propriedade da família da mesma, localizada no Loteamento, na cidade de -, o que é de conhecimento de todos os seus vizinhos. Nos finais de semana participava de jogos de futebol sempre acompanhada do Requerido. 4. Na época do namoro, a mãe fazia o curso supletivo no período noturno e o Requerido estudava na Escola, na cidade de -, também no período noturno, sendo que após as aulas ele a acompanhava até em casa. 5. Após vários encontros em que mantiveram relações sexuais, em de, próximo ao aniversário da mesma, houve a concepção, a qual foi comunicada ao Requerido que continuou com ela até os primeiros meses de gravidez, quando então ele começou a mudar de atitudes e desviar-se do compromisso. 6. Recebia vários cartões do Requerido o que demonstravam o laço afetivo que existia entre os dois, sendo que após o rompimento do namoro, num momento de raiva, acabou por queimar vários deles, restando apenas o anexo (doc.). 7. Durante a gestação e quando do nascimento, o Requerido nunca contribuiu com nenhum tipo de auxílio. Somente dias após conhecer o menor é que deu R\$ (.... reais) para que a mãe do mesmo comprasse leite. 8. O Requerido é funcionário da, localizada na Rua n.º, na cidade de - e recebia aproximadamente salários mínimos mensais. 9. Houve várias tentativas no sentido de fazer com que reconhecesse a paternidade, restando todas elas infrutíferas. 10. Portanto, não lhe resta outra alternativa senão a presente ação, onde é representado por sua mãe, para que assim, seja declarada e reconhecida sua paternidade e sejam fixados alimentos que possibilitem sua sobrevivência. DO DIREITO O nosso Código Civil estabelece em seu artigo 1694 que: "Podem parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação." O artigo 1696 do mesmo diploma legal, supra citado estabelece o direito à prestação entre pais e filhos, que assim se redige: Art. 1696 - "O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, extensivos a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em graus, uns em falta de outros". Assim é justo o pedido de alimentos, o que se requer no valor, correspondente a 01 salário mínimo mensal, levando-se em consideração as necessidades do alimentado e as possibilidades do alimentante. DO REQUERIMENTO Ante o exposto, requer: a) a citação do Requerido, no endereço informado anteriormente, para querendo, responder os termos da presente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão; b) a procedência do pedido para que ao final seja reconhecida, por sentença, a paternidade do investigante na pessoa do

Requerido, com a expedição do competente mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil do Município de -; c) a condenação do Requerido no pagamento ao Requerente de alimentos, no correspondente a 01 (um) salário mínimo mensal; d) requer seja oficiado o órgão pagador,, que informe os rendimentos mensais do Requerido, e, ao final, para o respectivo desconto em folha de pagamento dos alimentos que forem fixados. Requ